

# O Legislativo veste farda<sup>1</sup>

*Caio Paglis Marques Plácido (Universidade Federal de Pelotas)*

No ano em que a Constituição Federal brasileira - redigida após o encerramento de um longo regime autoritário - completou seus 30 anos de existência, 117 364 654 brasileiros foram às urnas com a finalidade de eleger que resultou na eleição de 1 presidente, 1 vice-presidente, 26 governadores, 54 senadores, 513 deputados federais e 1.059 deputados estaduais divididos entre as Assembleias Legislativas de cada um dos 25 Estados brasileiros e do Distrito Federal, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O resultado das eleições motiva a reflexão e a investigação científica, uma vez que, apesar das eleições serem a mais marcante expressão da democracia, ela teve como resultado a eleição de diversos candidatos que adotaram posturas antidemocráticas e autoritárias durante toda a campanha eleitoral, à exemplo da chapa presidencial vencedora do pleito.

Além das posturas adotadas mencionadas anteriormente, outra característica que chama atenção sobre os candidatos eleitos em 2018, são suas origens profissionais, visto que mais de 70 candidatos com patentes militares foram eleitos em todo o Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro que elegeu, para o Poder Legislativo Estadual, 10 deputados com patente militar das 94 cadeiras disponíveis e também da própria chapa presidencial, composta por dois membros reformados das Forças Armadas, um capitão e um general do Exército Brasileiro. A revista Nexo demonstra que desde 2006 o número de candidatos militares aumentou, bem como o número de eleitos. No ano de 2006, 2% dos candidatos militares foram eleitos, 4% em 2014, e, em 2018, o número subiu para 8%. Dos 961 candidatos militares, 600 deles vincularam suas patentes ao nome de urna. A revista ainda afirma que os delegados são aqueles que estão entre os mais eleitos, seguidos dos capitães, majores, tenentes, coronéis, cabos e por fim sargentos.

Os dados apresentados demonstram a necessidade de olhar para esses fatos e entendê-los, posto que a eleição de candidatos com essas características resultam em diversas perguntas que podem e devem ser respondidas. Como se constroem essas candidaturas? O que é vinculado no discurso desses candidatos que se torna fator de mobilização de votos? A eleição dos mesmos estaria ligada a resquícios do autoritarismo no Brasil? Tendo estes

---

<sup>1</sup> 44º Encontro Anual da ANPOCS - SPG12: Conservadorismos e outras direitas

questionamentos como norte, a pesquisa exploratória aqui apresentada e desenvolvida primeiramente como Trabalho de Conclusão de Curso, tem como pano de fundo a ocupação parlamentar por membros das Forças Armadas e das Agências de Segurança Pública. Entretanto, torna-se necessário esclarecer ao leitor que este estudo não tem a pretensão de explicar esse fenômeno, em virtude do objetivo central ser a descrição de como tais candidaturas foram construídas durante a campanha eleitoral e verificar se a suas construções estão relacionadas com os legados do autoritarismo no Brasil.

Para alcançar tal objetivo, a delimitação do objeto de estudo recai sobre os parlamentares que foram eleitos em 2018 para o Legislativo Federal que possuem ligação com as Forças Armadas e com as Agências de Segurança Pública. Desse modo, essa delimitação circunscreve os parlamentares que vincularam as suas patentes de tais instituições às suas candidaturas. Tendo em vista esse objetivo, esse estudo está organizado em duas etapas distintas, a primeira etapa da pesquisa compreende a identificação, dentre os 513 deputados e deputadas federais e 54 senadores e senadoras, quais deles vincularam suas patentes das Forças Armadas ou das Agências de Segurança Pública em suas candidaturas e nome de urna. Para realizar essa identificação foi necessário a busca no Portal *divulgacand*, estado por estado, dos candidatos eleitos que se encaixavam nesse recorte estabelecido. As eleições dessas candidaturas foram devidamente confirmadas no site oficial da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nessa perspectiva, também fez parte da primeira etapa deste estudo, traçar o perfil dessas candidatura depois de terem sido identificados os parlamentares eleitos. Isso significa dizer que em um primeiro momento, foram coletados dados a respeito do partido, estado, ocupação e porcentagem de votos obtidos pelos mesmos nas eleições. O segundo momento da primeira etapa de coleta de dados envolveu um processo de mapeamento mais detalhado do perfil desses parlamentares, envolvendo as categorias de gênero, idade, etnia, as coligações das quais eles fizeram parte, os slogans dessas coligações, ocupações declaradas no *divulgacand*, profissões declaradas no portal da Câmara/Senado, atividades profissionais e cargos públicos, grau de instrução e formação. A base de coleta de dados foi as informações declaradas pelos próprios candidatos ou suas equipes de campanha no *divulgacand*, no Portal da Câmara de Deputados e no Portal do Senado.

A segunda etapa diz respeito, estritamente, à campanha dos deputados/as e senadores eleitos. Levando em consideração o contexto eleitoral de 2018 que foi marcado pelo uso das redes sociais como *Facebook*, *Youtube*, *Twitter*, *Instagram* entre outros para a promoção de todos os candidatos e como uma ferramenta que foi altamente explorada para a mobilização

de votos e usada indiscriminadamente sem nenhum tipo de regulação por parte do Tribunal Superior Eleitoral, foi identificado que a coleta de dados também poderia ser utilizada nos mesmos moldes pois, como aponta Messenberg (2019):

“No mundo contemporâneo, os meios de comunicação de massas e as redes digitais constituem-se nos espaços privilegiados para a construção de enquadramentos as quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas. Tais enquadramentos são produzidos de forma interativa, isto é, são resultados de um processo de mão dupla entre os emissores e os receptores de informação” (MESSEMBERG, 2019, p. 31)

Isso significa que os padrões interpretativos e os valores simbólicos dominantes do senso comum são alimentados e/ou reformados de uma maneira dinâmica. Sendo assim, a segunda etapa envolveu a coleta de informações retiradas diretamente das páginas oficiais do *Facebook* e dos canais no *Youtube* durante o período de campanha eleitoral que compreende de 16 de agosto à 6 de outubro. As informações foram retiradas das publicações, fotos e vídeos postados pelos parlamentares durante a campanha, a fim de identificar como se construíram essas candidaturas e o que foi utilizado no sentido de mobilização de votos de cada um dos parlamentares que se enquadraram na delimitação do objeto da pesquisa.

Primeiramente, é necessário fazer algumas breves considerações teóricas sobre o contexto no qual estão inseridos estes parlamentares, como também sobre o que vem a ser legados autoritários, conceito chave para esse estudo antes de demonstrar os resultados obtidos neste estudo. Em um momento que o Brasil se vê mergulhado em escândalos de corrupção, no impedimento de uma presidenta democraticamente eleita de terminar o seu mandato, em uma crise econômica que tem elevado a taxa de desemprego, sob protestos de rua que marcaram uma ruptura social e intensos episódios de violência política, observou-se a ascensão de ideias e discursos que pregam a intolerância, a violência e o autoritarismo no país. Essas ideias se colocam inversamente ao estado democrático de direito previsto na Constituição Federal de 1988, redigida após 21 anos de um regime militar consolidado após um golpe de Estado no ano de 1964.

Para Lowy (2015), em períodos de crise se intensificam às ameaças contra os regimes democráticos. Sob essa prerrogativa, novos atores políticos acabam por ascender politicamente, como é o caso do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (Sem Partido). O referido presidente é um militar reformado do Exército Brasileiro, que obteve um total de

57.797.847 votos - o que representa 55% dos votos válidos - apresentando um discurso pautado na demonização dos partidos de esquerda, canalizado no Partido dos Trabalhadores (PT), recusa no reconhecimento das pautas das minorias políticas (questões feministas, raciais e LGBT's), ambientais e dos direitos humanos, negacionismo e ameaças constantes. Porém, como mencionado, esse resultado não se limitou somente ao Poder Executivo, foi observado também um avanço de agentes com os mesmos ideais no Poder Legislativo Federal.

O Partido Social Liberal (PSL), sigla na qual o presidente concorreu ao pleito, elegeu 52 deputados e deputadas federais tornando-se a segunda maior bancada do Legislativo, neutralizando diversas forças da “direita moderada” e dando espaço à uma direita com ideologias mais radicais que refletem o contexto político do país. É importante ressaltar que nas eleições de 2014, o PSL elegeu apenas 1 deputado federal. Nesse sentido, torna-se indispensável uma reflexão a respeito da “guinada à direita” do governo brasileiro, que experimentou um governo de centro-esquerda por 14 anos.

A direita, como aponta Bobbio (2001), movimenta-se pelos ideais que priorizam o individualismo, a priorização da propriedade privada, a primazia do sagrado, a valorização da ordem e da tradição, a intolerância à diversidade étnica, sexual e cultural, o militarismo, a defesa da segurança nacional, o anticomunismo e a identificação constante com as classes que são superiores na sociedade. No Brasil, Codato, Bolognesi e Roeder (2015) já demonstraram que isto pôde ser observado desde 2014, onde o Legislativo eleito foi o mais conservador desde 1964. Os autores demonstram que em 2010, 36,3% das cadeiras eram ocupadas por partidos de direita e que em 2014 esse número subiu para 43,5%, entretanto, o perfil desses parlamentares eleitos parece, segundo a análise dos autores, diferente do perfil daqueles eleitos em 2010.

Essa prerrogativa de diferença no perfil dos candidatos eleitos, que transforma o Legislativo desde 2014, é o que tem sido denominado no âmbito das pesquisas em Ciências Sociais de “nova” direita. Messenberg (2019) aponta que a atual cosmovisão - no sentido weberiano - da “nova” direita brasileira é compreendida como um “universo multidimensional”, isso porque, ela não se apresenta com contornos, limites e fronteiras bem delimitados. A nova direita tem um perfil diferente pois ela incorpora algumas das agendas da esquerda ou do centro sem deixar para trás o caráter tradicional da direita, como por exemplo o capitalismo como modelo econômico e os preceitos morais tradicionais, sem colocar no debate questões como a legalização do aborto, participação feminina na política e o casamento igualitário, revelando que a nova direita cresce à luz do conservadorismo e do

controle das liberdades individuais. Essa nova corrente política é dotada de novas lideranças na política nacional, essa nova liderança é representada principalmente por comunicadores, líderes religiosos, sargentos e, como é o caso de Jair Bolsonaro - há 28 anos na política -, políticos profissionais com discursos conservadores e mais pautados no espectro da extrema-direita.

Contudo, não é só no Brasil que identifica-se o movimento de guinada à direita e nem o aparecimento de uma “nova” direita que tem bases ideológicas na extrema-direita. Lowy (2015) identifica que o seu aparecimento pode ser identificado primeiramente na Europa, mais especificamente na França com o crescimento do apoio à Frente Nacional - partido de extrema-direita francês - o que se repetiu por todo o continente e esses ideais também alcançaram os horizontes da “direita clássica” (a direita tradicional). A nova direita na Europa é diversa e conta tanto com partidos abertamente neonazistas (como o Aurora Dourada, na Grécia) quanto com forças burguesas já bem articuladas e integradas ao jogo político, como é o caso do partido da União do Centro Democrático (UDC) na Suíça.

O que as forças da nova direita trazem em comum é um nacionalismo chauvinista, a oposição à globalização e aos órgãos de cooperação internacionais, racismo, ódio aos imigrantes, anticomunismo e a defesa de medidas autoritárias contra a violência, como o aumento da repressão policial, penas de prisão mais severas e reintrodução da pena de morte. Lowy (2015) apresenta que embora as ideologias sejam bem similares, as suas práticas políticas não são homogêneas. A onda europeia da “nova” direita alcançou, gradativamente, à América. O fenômeno tem início na Europa com o crescimento de partidos que defendem tais posicionamentos na Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Polônia, Reino Unido, Suécia e Suíça. A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, marca, para Guedes (2019), a chegada dessas forças no continente americano, sendo sucedida pela eleição de Bolsonaro em 2018 e o crescimento de partidos de direita nos países latino americanos com ideologias intolerantes às minorias sociais, étnicas e sexuais e oposição à governos de esquerda em países como a Argentina e o Uruguai.

Legados autoritários, segundo a definição de Morlino (2012), são todos os “padrões de comportamento, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidas como rigorosas e visivelmente fortalecidas pelo regime autoritário” (MORLINO, 2012, p. 189.) Eles têm o poder de influenciar e abranger instituições políticas, econômicas e sociais sendo mais frequentes e visíveis no

exercício e no comportamento das Forças de Segurança, aqui entendidas como as Forças Armadas e as Agências de Segurança Pública. Na conceituação de legados autoritários realizada por Morlino (2012), os mesmos podem tomar a forma de memórias repressivas latentes, que são ativas e, dessa maneira, manipuladas por atores que podem ser sociais e/ou políticos em momentos específicos como também podem encontrar respaldo e apoio em “agentes, interesses ou identidades específicas” (MORLINO, 2012, p. 189). Sendo assim, os legados autoritários são os que contribuem no reforço, consolidação ou preservação de valores já entendidos previamente e instituições que já são existentes, ajudando a criar ou a reproduzir hábitos comportamentais de um regime autoritário anterior. Eles podem ser encontrados nessas instituições formais-legais à exemplo daquelas que interligam o compromisso da sociedade civil com a sociedade política e também com o Estado. Segundo Morlino (2012), os legados autoritários estão diretamente ligados e incluem “uma violência estrutural que pesa fortemente sobre o regime e sobre a sociedade” (MORLINO, 2012, p. 191).

Gallo e Gugliano (2014) acrescentam que os legados autoritários são resquícios dos regimes burocráticos-autoritários que ao final da transição para as democracias, acabaram por serem projetados no tempo além da existência dos regimes de exceção. No caso brasileiro, os autores definem que eles se manifestam em 4 tipos diferentes, sendo eles: (a) A tese da “anistia recíproca”; (b) A política de sigilo documental; (c) As prerrogativas militares; e (d) os resquícios culturais do autoritarismo. Interessa nesse estudo, o conceito de prerrogativas militares, já que são definidas por Gallo e Gugliano (2014) como sendo aquelas que são presentes somente no âmbito das Forças Armadas. A sua função prática é a limitação das possibilidades de democratizar as relações entre os civis e os militares. Os autores compreendem que quanto maior o número de prerrogativas militares que convivem com os sistemas democráticos, maior será a possibilidade de setores conservadores da sociedade ensaiarem uma intervenção militar que esteja disposta a fazer uso de tais prerrogativas durante períodos de crise e instabilidade.

Ao todo, nove prerrogativas militares são elencadas por Gallo e Gugliano, sendo elas: controle militar de agências de inteligência, onde há insuficiente fiscalização parlamentar, oficiais da ativa fazendo parte do gabinete governamental, inexistência do Ministério da Defesa, falta de rotina legislativa e seções detalhadas sobre assuntos da defesa, polícia e organizações paramilitares sob controle das Forças Armadas e existência de oficiais da ativa no comando das polícias locais, fraca influência do parlamento na promoção dos militares,

pequena possibilidade de os militares serem julgados por um tribunal civil, potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna e controle militar sobre áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação, etc).

## **1. Quem são os parlamentares militares e o seu perfil**

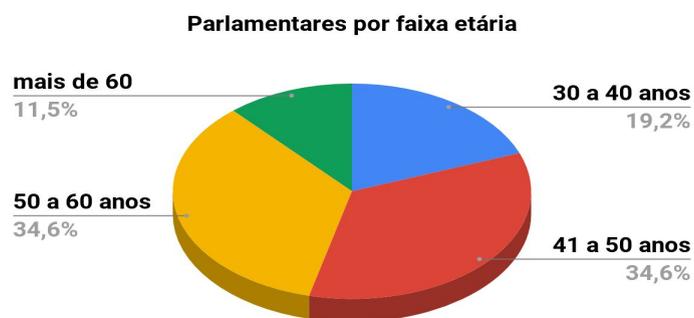
Foi necessário identificar entre os 513 deputados/as federais e 54 senadores/as eleitos nas eleições passadas quais se encaixavam no critério de vínculo com as Forças Armadas e/ou com as Agências de Segurança Pública. Para realizar tal tarefa, foi necessário aplicar um primeiro filtro de pesquisa, que traduz-se em identificar, entre o montante de parlamentares eleitos, aqueles e aquelas que vincularam sua patente militar/policial à sua candidatura e aos seus nomes de urna. Para a aplicação desse filtro, lançou-se mão de buscas *online* em dois sites jornalísticos referenciados, sendo eles o “Gazeta do Povo” e o portal de notícias “G1”, os resultados eleitorais de 2018. Sendo a verificação positiva, os dados foram submetidos à busca no portal *online* da Câmara de Deputados e no portal do Senado Federal e as informações coletadas foram devidamente confirmadas.

A aplicação do mesmo resultou em 23 deputados/as e 3 senadores eleitos que vincularam (e ainda vinculam) suas patentes às suas candidaturas, os deputados/as eleitos são: Delegado Pablo Oliveira (PSL-AM), Capitão Alberto Neto (PRB-AM), Delegado Éder Mauro (PSD-PA), Coronel Chrisóstomo (PSL-RO), Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), Capitão Wagner (PROS-CE), Capitão Fábio Abreu (PR-PI), General Girão (PSL-RN), Delegado Waldir (PSL-GO), Major Vítor Hugo (PSL-GO), Cabo Junio Amaral (PSL-MG), Subtenente Gonzaga (PDT-MG), Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), Delegado Antônio Furtado (PSL-RJ), Sargento Gurgel (PSL-RJ), Major Fabiana (PSL-RJ), Policial Kátia Sastre (PR-SP), Capitão Augusto (PR-SP), Tenente Derrite (PP-SP), Coronel Tadeu (PSL-SP), General Peternelli (PSL-SP), Sargento Fahur (PSD-PR) e Coronel Armando (PSL-SC); e os senadores são: Capitão Styvenson (REDE-RN), Delegado Alessandro Vieira (REDE-SE) e Major Olímpio (PSL-SP).

Após a identificação dos mesmos, tornou-se possível traçar um perfil mais detalhado a respeito dos parlamentares militares possibilitando a conclusão de que eles são homens, brancos, com mais de 40 anos, oriundos da polícia militar e filiados ao Partido Social Liberal (PSL). Os gráficos a seguir demonstram informações mais detalhadas a respeito dos mesmos.

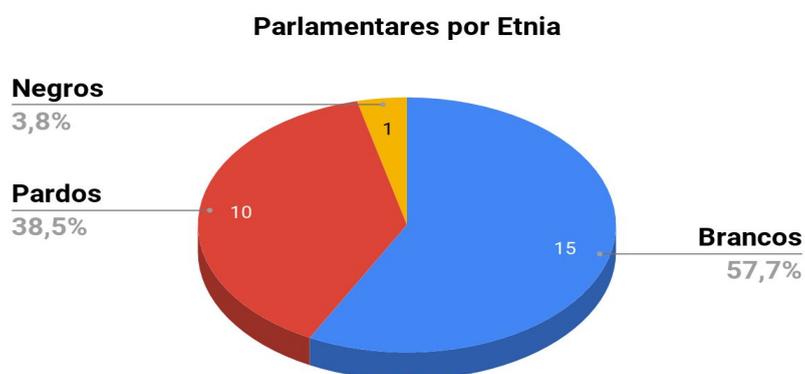


**Gráfico 4:**



Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

**Gráfico 5:**



Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

**Gráfico 6:**



Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

## **2. A instrumentalização das campanhas e o conteúdo à elas vinculado**

Esta pesquisa previu a coleta de dados das postagens, vídeos, fotos e publicações dos 26 parlamentares em suas páginas oficiais tanto da rede social *Facebook* quanto da rede social *Youtube*. Com essa finalidade, iniciou-se o processo de busca das redes sociais dos parlamentares eleitos que se deu de duas formas diferentes, num primeiro momento na rede social *Facebook* e posteriormente na rede social *Youtube*. Para o *Facebook* foi inserido o nome e a patente vinculada durante a campanha na barra de buscas que a plataforma *online* disponibiliza, desta forma, foram analisadas mais de 1000 publicações, entre fotos, vídeos e postagens escritas dos 26 parlamentares.

Para a coleta de dados na rede social *Youtube* foi feito o mesmo processo de busca pelos nomes dos parlamentares na barra de buscas da plataforma, foram encontrados os canais oficiais e posteriormente se os vídeos postados pelos canais oficiais enquadraram-se no recorte temporal estabelecido pelo critério de coleta de dados. De acordo com o conteúdo do material de campanha dos parlamentares observados, é possível identificar dois tipos de discurso distintos e que são recorrentes nas postagens, vídeos e fotos dos objetos de pesquisa. O primeiro deles está vinculado ao conteúdo programático da campanha dos deputados/as e senadores.

O conteúdo programático diz respeito às propostas de mandato dos parlamentares eleitos defendidas durante suas campanhas. Essas propostas foram traduzidas como as mais concretas em termos das futuras legislaturas dos parlamentares. Para melhor explicitar o conteúdo programático temos a pauta contrária a legalização do aborto, a defesa dessa medida durante a campanha dos parlamentares significa que quando medidas que pretendem legalizar o aborto entrarem na pauta da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, os parlamentares que se colocaram contra a legalização do aborto provavelmente irão votar contra essas medidas. Por conseguinte, ele se refere às práticas de legislatura a serem reproduzidas pelos candidatos eleitos durante os seus respectivos mandatos. Desse modo temos o Quadro 1 que explicita as temáticas de conteúdo programático dessas campanhas.

### Quadro 1 - Conteúdo Programático:

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
Combate à corrupção
Implementação de colégios militares
Combate às Drogas
Investimento em Segurança Pública
Revogação do Estatuto do Desarmamento
Contra a legalização do aborto
Implementação do “Escola Sem Partido”

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

O segundo tipo de discurso identificado na campanha dos parlamentares foi denominado de conteúdo ideológico e relaciona-se à ideias mais abstratas das campanhas. São valores ideológicos/morais nos quais as campanhas foram pautadas, sendo nesse caso, os valores nos quais os parlamentares eleitos firmaram suas campanhas. Esses valores ideológicos foram denominados aqui de “conteúdo ideológico”. A escolha dessa denominação se deu porque os valores identificados nos discursos e campanhas eleitorais apresentam respaldo mais na ideologia “moral” dos candidatos eleitos do que propriamente no conteúdo programático defendido por eles durante essas campanhas. Essas ideias podem sim repercutir em algo programático durante as legislaturas, mas a princípio elas representam ideias abstratas. São ideias soltas nas quais os parlamentares não deixam claro o que entendem por “ideologia de gênero” por exemplo, nesses casos, elas representam ideias vazias que cada eleitor/a preenche mentalmente.

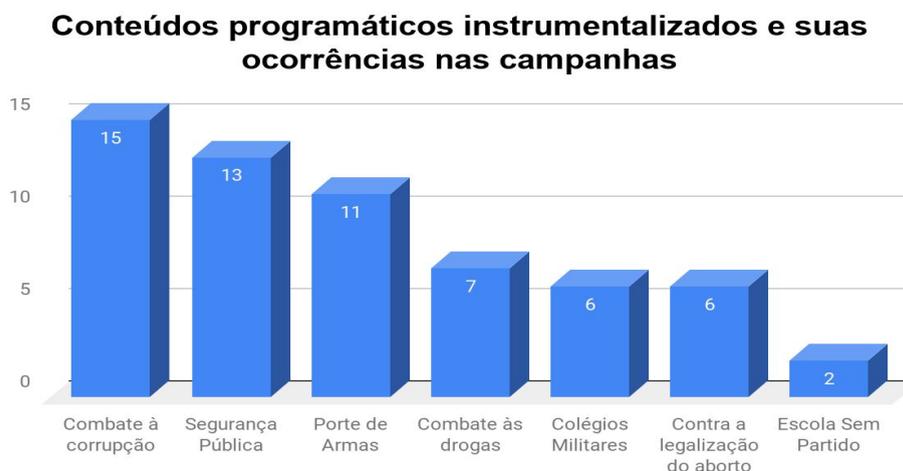
## Quadro 2 - Conteúdo ideológico:

CONTEÚDO IDEOLÓGICO
Religião
Antipetismo
Nova Política
“Bandido bom é bandido morto”
Família Tradicional
Pátria Livre
Contra à “Ideologia de Gênero”
Valores éticos e morais

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

Foi possível também sistematizar o quão frequente foi o aparecimento dos temas explicitados nos Quadros 1 e 2 por parlamentar. Isso significa dizer quantos deputados/as e senadores vincularam as pautas e as temáticas apresentadas nos Quadros nos seus discursos eleitorais. Os gráficos a seguir demonstram essa afirmação:

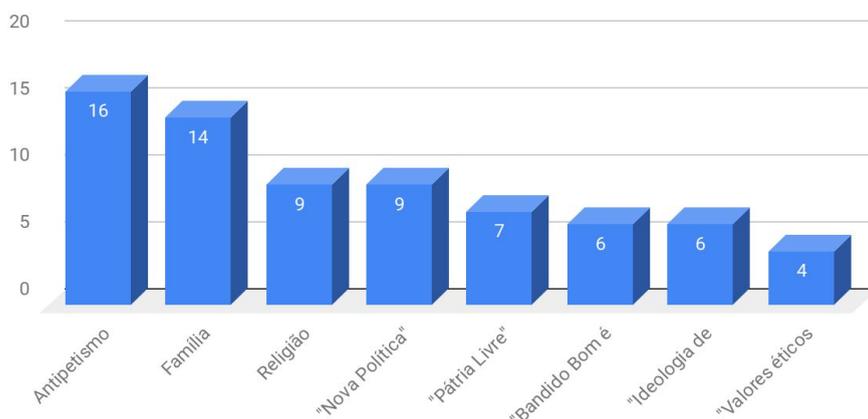
### Gráfico 7:



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

**Gráfico 8:**

**Conteúdos ideológicos instrumentalizados e sua ocorrência nas campanhas**



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

Além das temáticas apresentadas nos quadros que dizem respeito ao conteúdo programático e conteúdo ideológico identificados na campanha dos parlamentares eleitos, nota-se outro fator relevante identificado na segunda etapa do processo de coleta de dados que corresponde a vinculação das candidaturas à figura e a campanha do candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro que também foi eleito, em segundo turno, nas eleições federativas de 2018. Isso ocorreu na campanha de 20 dos 26 parlamentares, sendo eles do mesmo partido ou não do presidencial.

Del Rio (2018) reitera que as eleições de 2018 foram marcadas pelo medo. O apelo contra a insegurança e a corrupção tomaram conta do discurso político que foi vinculado às campanhas, medo esse que foi mobilizado durante as eleições e foi fator central que guiou as escolhas do eleitorado. Esse medo pôde ser percebido na argumentação das campanhas dos parlamentares, no que diz respeito ao discurso da “salvação” da pátria brasileira, uma vez que para tais parlamentares o Brasil estava mergulhado em uma crise de corrupção e “dominação esquerdista” encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores e pelos movimentos sociais e a única alternativa possível seria a eleição dos mesmos, pois muitos deles se colocaram como “salvadores” do Brasil frente aos males causados exclusivamente pelos governos petistas, traduzido pelos parlamentares como o principal inimigo da nação nos discursos eleitoreiros da maioria deles.

A manipulação da informação, as “fake news” e a tentativa bem sucedida de encarnar a luta contra um inimigo comum da nação brasileira mesclada com a violência e o ódio ao

“outro” confirmam a afirmação de Del Rio (2018): a estética das eleições é democrática mas, a sua alma é autoritária. Nas eleições de 2018, mais de 70 candidatos vinculados às Forças Armadas e às Agências de Segurança Pública chegaram ao Poder Executivo, Legislativo Federal e Legislativo Estadual, confirmando o que Souza e Gallo (2015) afirmaram em seus escritos, em situações de crise, a sociedade acaba por optar por saídas autoritárias. A maioria dos 26 parlamentares analisados apresentam discursos autoritários e alguns até pregam a eliminação de outros setores políticos que fazem oposição frente às medidas antidemocráticas que por eles são defendidas.

Retomando Gallo & Gugliano (2014), as prerrogativas militares estão presentes nas Forças Armadas e têm a função prática de limitar as possibilidades de democratização das relações entre civis e militares, sendo assim, uma dessas prerrogativas que foram identificadas pelos autores em sua pesquisa foi a de que a Polícia e as organizações paramilitares estão sob controle das Forças Armadas e são os oficiais da ativa que estão no comando das polícias locais. Levando em consideração essa afirmação, a ligação entre as instituições se comprova e ainda revela que essa relação é uma expressão dos legados autoritários. Del Rio (2018) melhor explicita essa relação ao analisar a Polícia Militar, quando diz que “as estruturas policiais militares conservam parte do entulho autoritário e repressivo da ditadura militar em seu funcionamento durante o período democrático” (DEL RIO, 2018, p. 55).

Algumas considerações devem ser feitas sobre o Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), a Policial Kátia Sastre (PR-SP) e suas campanhas. Além de ser o único negro, o Pastor Sargento também foi o único que apoiou o presidenciável Fernando Haddad (PT) e também é um dos 3 parlamentares que não possuem Ensino Superior, assim como o Cabo Junio Amaral (PSL-MG) e o Sargento Fahur (PSD-PR). A candidatura da Policial Kátia Sastre foi diretamente e somente relacionada com a pauta da segurança pública. Ela ficou popularmente conhecida por ter matado um assaltante na frente de uma escola em Suzano-SP na véspera do dia das mães. Esse fato foi diretamente ligado à sua candidatura e a Policial até chegou a usar esse episódio como campanha no seu vídeo eleitoral autorizado pelo TRE-SP, o qual registra o momento do assalto e dos 3 tiros disparados pela deputada.

Falando em Segurança Pública, é verdade afirmar que as eleições dos 26 parlamentares têm relação direta com a pauta de segurança pública e como ela foi artifício de mobilização de votos. Esse fato explicita-se desde as coligações feitas pelos parlamentares, como é o caso da coligação do Capitão Alberto Neto (PRB-AM) e até o discurso de investimento e melhoria da segurança pública. Essa pauta foi instrumentalizada pela metade

dos parlamentares, ficando atrás somente da pauta de combate à corrupção - mobilizada por 15 deles. Também está relacionado com a pauta da segurança pública, o combate às drogas, mobilizada por 7 parlamentares, aqui também nenhum deles revelou como será feito esse combate, exceto por discursos que pregam a eliminação de traficantes por meio da máxima do “bandido bom é bandido morto”. Essa máxima pode ser explicada pela afirmação de Del Rio (2018), na qual o autor coloca que “há uma retórica no campo da segurança que tenta afirmar o uso legal do poder de matar como uma forma de produção da ordem. Essa é uma prerrogativa fundamental para qualquer forma de autoritarismo” (DEL RIO, 2018, p. 58).

O debate sobre a Segurança Pública nas candidaturas dos parlamentares envolve também uma outra pauta de conteúdo programático que foi mobilizada nas campanhas: a revogação do Estatuto do Desarmamento, prometida por 11 dos 26 parlamentares. Sob a justificativa da (in)segurança, os parlamentares acreditam que o “cidadão de bem”, ou seja, aquele que é um obediente civil, não comete crimes e portador dos valores éticos e morais da sociedade brasileira deve ter o direito de legítima defesa, o que significa dizer que esse cidadão deve ter o direito de se defender da “banditagem”. Del Rio (2018) coloca que a pauta da revogação do Estatuto do Desarmamento deve ter o seu interesse concreto analisado a partir dos seus potenciais resultados. Isso significa que:

“Essa flexibilização do acesso da população civil a armamentos facilitará que os grupos milicianos se armem, sem depender de uma sociedade com policiais e militares corruptos. Não é o “cidadão de bem” que terá acesso a esse arsenal, serão os grupos ilegais que já atuam de modo clandestino e mafioso – com participação de agentes estatais – que ampliarão seu poder letal.” (DEL RIO, 2018, p.59).

O combate à corrupção, como mencionado, foi também uma das grandes pautas mobilizadoras de voto, ela tornou-se um conteúdo programático nas campanhas dos deputados/as federais e senadores, embora nenhum deles tenha esclarecido como operacionalizar essa bandeira. Lowy (2015) apresenta que no Brasil a luta contra a corrupção foi demagogicamente manipulada com sucesso - como comprova a eleição dos parlamentares em 2018 - por setores conservadores, aqueles que estariam ligado à “nova” direita. Nas palavras do autor “levanta-se a bandeira da corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, legitimar golpes militares” (LOWY, 2015, p. 662).

É possível relacionar a instrumentalização do combate à corrupção como conteúdo programático com o discurso apresentado por 9 parlamentares da mudança e da “nova”

política, que se enquadram no conteúdo ideológico. A “nova” política defendida pelos deputados/as e senadores parece ter o significado da “política” honesta, livre de corrupção. A interpretação desta categoria de mobilização de votos passa pelo entendimento que os parlamentares estariam dispostos a fazer um tipo de política diferente, ao colocar a política e os agentes políticos do passado como corruptos em sua maioria, e que eles estariam aptos para erradicar esse mal, mas como dito, em nenhuma das candidaturas ficou explícito os meios de combater a corrupção e terminar com os privilégios dos políticos, ou nas palavras dos parlamentares eleitos, “acabar com a mamata”. O símbolo da “nova política” também estava expresso nas coligações dos parlamentares, como é o caso da coligação Renova RN - da qual o General Girão (PSL-RN) fez parte - e a coligação Muda Paraná - da qual o Sargento Fahur (PSD-PR) fez parte.

A renovação e o combate à corrupção também estão relacionadas ao maior discurso mobilizador de votos percebido nas campanhas dos parlamentares como conteúdo ideológico, o antipetismo. Presente nas campanhas de 16 dos 26 parlamentares, o antipetismo reforça que as eleições foram marcadas pela ruptura social que está presente na sociedade brasileira como um todo. Messenberg (2019) já tinha identificado que o o antipetismo foi o campo semântico responsável por reunir o maior número de emissões discursivas nas postagens dos formadores de opinião política da “nova” direita já em 2015. Na percepção desses atores políticos, ao Partido dos Trabalhadores é atribuída a responsabilidade por todas as mazelas que atingem o Brasil, ou seja, ao partido é atribuído tanto a crise econômica quanto a corrupção dentro da política. O combate à corrupção aqui é entendido como o combate ao PT. Messenberg (2019) explica que apesar da corrupção ser uma característica reconhecida como prática de longa data dentro da política, no caso do PT ela é vinculada como “prática de governo”.

É possível identificar que o antipetismo foi traduzido em algumas campanhas como anticomunismo, uma vez que alguns parlamentares relacionaram os governos petistas ao comunismo, ainda que, durante toda a sua história no poder político no Brasil, o Partido dos Trabalhadores nunca tenha tentado “implodir” uma revolução comunista no país, muito menos as suas práticas políticas e econômicas tenham sido comunistas. É dado que os governos petistas implementaram uma série de políticas públicas de assistencialismo e de justiça social, e é possível que essa seja a raiz do problema, visto que a promoção e a garantia de direitos sociais não agrada a cosmovisão da “nova” direita (MESSENBURG, 2019) e é motivo suficiente para eleger a prática da política do medo e do ódio ao diferente, fato observado nas eleições dos parlamentares e do presidente em 2018.

Outro conteúdo programático defendido pelos parlamentares foi a implementação dos colégios militares. Essa pauta foi defendida por 6 parlamentares e ela revela a confiança nas instituições militares descrita por Gallo e Gugliano (2014). Essa confiança aqui está relacionada a retomada dos valores éticos e morais da sociedade - valores esses que foram amplamente defendidos nas campanhas ainda que não se tivesse uma explicação sob qual perspectiva esses valores estariam pautados - em especial dentro dos centros de educação do país, uma vez que para os parlamentares, durante os governos petistas o ensino nas escolas foi desmoralizado e estava voltado para as ideologias daquele governo. O que pode ser entendido aqui como “ideologia petista” na visão dos parlamentares é a dada “ideologia de gênero” - que 6 parlamentares prometeram lutar contra - e a distribuição do “kit gay” (também mencionado nas campanhas dos parlamentares e também na do presidente Bolsonaro). Para a política educacional, também foi defendida a aprovação do projeto “Escola Sem Partido”.

O discurso religioso teve também grande presença na construção das candidaturas, desde os slogans de coligação como “São Paulo acima de tudo, Deus acima de todos” e “Pátria e Família Cristã”, até o conteúdo de campanha dessas candidaturas. Foram 9 os parlamentares que possuíam um discurso religioso, alguns deles até se colocaram como “enviados por Deus” com o objetivo de mudar a política brasileira. Há, então, relacionado a essa pauta da religião, a defesa do ensino religioso nas escolas, a preservação da Família Tradicional Brasileira (constituída por pai, mãe e filhos) - defendida por 14 parlamentares - e o discurso contrário à legalização do aborto - presente em 2 candidaturas. As pautas mobilizadas e o discurso religioso revelam o caráter conservador desses atores e do controle das liberdades individuais defendido pelos mesmos, características que estão presentes na “nova” direita na concepção de Codato, Bolognesi e Roeder (2015).

As campanhas, em específico daqueles candidatos que têm vínculo com as Forças Armadas, também foram marcadas por referências ao período autoritário da Ditadura no Brasil. O Delegado Éder Mauro (PSD-BA) chegou a fazer referência à tortura em uma postagem do seu perfil excluído do *Facebook*, esse mesmo deputado foi investigado por prática de tortura quando ainda exercia função de delegado. O Coronel Chrisóstomo (PSL-RO) e o General Girão (PSL-RN) referem-se ao golpe militar de 1964 como “revolução de 1964” numa tentativa de revisionismo histórico de um acontecimento já comprovado e consolidado no campo de estudos das Ciências Humanas. O General Peternelli (PSL-SP) através de uma alusão futebolística demonstrou seu apoio à Bolsonaro para ser o 6º presidente militar do país.

Por fim, é necessário ressaltar que 46.2% dos parlamentares vivenciaram todo o período da ditadura, 34,6% vivenciaram parcialmente esse mesmo período e 19.2% vivenciaram o final ou não vivenciaram o regime - apenas o parlamentar Cabo Junio Amaral (PSL-MG) não vivenciou o período (de certa forma, mesmo o deputado não tendo experimentado o regime, ele é um dos que mais defendeu medidas autoritárias na eleição, como a criminalização do PT e do Movimento Sem-Terra (MST) e apologia ao comunismo como crime - isso quer dizer que mais da metade deles conheceu e experimentou um poder e práticas de governos autoritários.

A concepção de legados autoritários de Morlino (2012) define que os legados autoritários são todos os “padrões de comportamento, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidas como rigorosas e visivelmente fortalecidas pelo regime autoritário” (MORLINO, 2012, p. 189.) Com o poder de influenciar instituições políticas, econômicas e sociais os legados autoritários são mais frequentes e visíveis no comportamento das Forças de Segurança, aqui entendidas como as Forças Armadas e as Agências de Segurança Pública. Nesse caso, é sim possível visualizar que os legados autoritários estão relacionados às ideias defendidas e vinculadas durante as campanhas dos deputados/as e senadores.

A defesa do extermínio do outro, sem levar em consideração a existência dos Direitos Humanos e das instituições que os salvagam, a intolerância e a defesa da erradicação de ideologias contrárias, a defesa de práticas autoritárias para resolver os problemas relacionados à segurança pública, entre outros fatores explicitados durante este capítulo traçam essa ligação entre a construção das candidaturas e os legados autoritários. Relembrando Morlino (2012), os legados autoritários são um conjunto de convicções, valores e atitudes presentes em instituições públicas, agências ou organizações. Dessa forma, as convicções, valores e atitudes estão expressas no que foi mobilizado durante as campanhas e as instituições que fazem a manutenção e a perpetuação dos legados autoritários são as de origem dos parlamentares.(Forças Armadas e Agências de Segurança Pública) os legados autoritários estão diretamente ligados e incluem “uma violência estrutural que pesa fortemente sobre o regime e sobre a sociedade” (MORLINO,2012, p. 191).

É importante retomar as prerrogativas militares de Gallo e Gugliano (2014) que só estão presentes no âmbito das Forças Armadas mas acabam por se relacionar com as Agências de Segurança Pública na medida que uma das 9 prerrogativas militares identificadas é o controle dessas Agências por parte das Forças Armadas. Isso significa que os legados autoritários presentes nas Forças Armadas acabam sendo projetados nas ações e na

organização das Agências de Segurança Pública. Nóbrega Jr (2010) explicita que as questões de segurança pública permanecem no controle das Forças Armadas, impossibilitando o controle civil dessas ações e organizações. Isso se deve porque as Agências de Segurança Pública são militarizadas tanto em seu funcionamento, quanto na sua organização interna. Esse exemplo pode ser visto ao olharmos para as Polícias Militares estaduais, de acordo com o autor os seus órgãos de informações-inteligência devem sujeição ao comando do Exército, isso contribui ainda mais para o fortalecimento das forças militares em assuntos de Segurança Pública.

Dessa forma, foi possível observar que os legados autoritários estão presentes tanto nas Forças Armadas quanto nas Agências de Segurança Pública e as campanhas e candidaturas dos 26 parlamentares ajudam a melhor compreender esse fato por todo o seu conteúdo demonstrado nesta análise. É provável que os resquícios culturais do autoritarismo e seus legados estejam presentes nas organizações e ações dessas instituições. Quando agentes dessas mesmas instituições se lançam na dinâmica do jogo político e participam de um processo eleitoral construindo suas campanhas e mobilizando votos é possível perceber que o que é instrumentalizado em suas campanhas tem caráter autoritário, conservador e controlador das liberdades individuais e sociais. Ademais, conclui-se que a construção das campanhas dos parlamentares eleitos em 2018 de origem profissional das Forças Armadas e das Agências de Segurança Pública têm ligação com os legados autoritários, tanto pelo viés das prerrogativas militares quanto pelo viés dos resquícios culturais do autoritarismo.

### **Referências:**

BOBBIO, N. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora UNESP, 2001;

BRESSER-PEREIRA, L. C. . O paradoxo da esquerda no Brasil. Novos Estudos. CEBRAP , São Paulo, p. 25-45, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100003&script=sci_arttext)>. Acesso em: dezembro de 2019.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 304 p.

DEL RIO, Andrés et al. Eleições no Brasil: da violência ao poder. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 27, n. 2, p. 47-64, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5681>>. Acesso em: dezembro de 2019.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 285-3.

LOWY, Michael. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, (124), 652-664. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282015000400652&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282015000400652&script=sci_arttext)>. Acesso em: dezembro de 2019.

MESSEMBERG, Débora. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (org.) *Brasil em transe: Bolsonaro, Nova Direita e Desdemocratização* /, Adriano de Freixo (org.) - Rio de Janeiro : Oficina Raquel, 2019. 164 p.

MORLINO, Leonardo. “Legados autoritários, das políticas do passado e da qualidade da democracia na Europa do Sul”. In: COSTA PINTO, Antônio, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org). *O Passado que não Passa: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira*, 2012. 241 p.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da *A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ENTRAVE PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA* *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, núm. 35, febrero, 2010, pp. 119-130 Universidade Federal do Paraná Curitiba, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/238/23816090008.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2019.

SOUZA, Bruno Mello; GALLO, Carlos Artur. Legados Culturais do Autoritarismo no Cone Sul. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 2, p. 75-89, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/4711>> Acesso em: dezembro de 2019.